

Memorial do Rio Grande do Sul
Caderno de História, nº 38

Moacyr Flores



Rio Grande do Sul: Guerras e Conflitos

Governo do Estado do RS – Yeda Crusius
Secretaria de Estado da Cultura – Mônica Leal
Memorial do RS – Voltaire Schilling

A identidade luso-brasileira

A formação do corpo social luso-brasileira no extremo Sul do Brasil realizou-se em território de conquista aos espanhóis, com constantes atritos, avanços e recuos, formando um quadro de intolerância e de violência de ambas as partes. Os núcleos urbanos do século XVIII surgiram junto a uma fortaleza, como Rio Grande, Rio Pardo, Santo Amaro; dentro de uma fortificação como Porto Alegre; a partir de uma guarda como Cachoeira do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Encruzilhada; ou ainda, no século seguinte, de acampamento militar como Santa Maria e Bagé.

Todos os núcleos urbanos foram planejados a partir de uma capela, com uma praça na frente, de onde de cada ângulo partiam ruas. A religião, ligada ao Estado, com bispos e sacerdotes como funcionários públicos, a distância do bispado, a falta de templos, de conventos e de seminários fez com que a população fosse à igreja por obrigação, participasse das festas e dos rituais para ter registro de batismo, de casamento e de óbitos. A religião não conseguiu por freio à violência e nem à intolerância que faziam parte da política de Espanha e de Portugal, porque a evangelização era considerada como uma luta contra os infiéis, tidos como soldados do demônio.

A população pobre, sem sesmaria, sobrevivia como agregado ou como peão das fazendas de criação, à espera de uma guerra para matar e roubar os bens do inimigo. Os homens entre 16 a 60 anos faziam parte da milícia e tinham que ter uma arma em casa para repelir o espanhol que vinha retomar o território que pertencera à Espanha, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, pois a fronteira era viva, formada por habitantes de cada reino, de acordo com o sistema de *uti-possidetis*.

A política externa orientava-se para o domínio da foz, como o rio Amazonas e rio da Prata, que permitiria a conquista do interior. O controle da navegação pelos rios Uruguai, Paraná e Paraguai, dependia do domínio do rio Prata.

Colônia do Sacramento



Em segredo, Dom Manuel Lobo, governador da capitania do Rio de Janeiro, fundou a Colônia do Santíssimo Sacramento, em 22.1.1680, no rio da Prata, com intenção de estabelecer uma fortificação militar, para se apropriar do grande estuário platino. Os espanhóis reagiram, contando com auxílios dos índios missioneiros, fiéis súditos do rei de Espanha, que massacraram os portugueses. Com seu exército nos Países Baixos, a coroa de Espanha devolveu a Colônia a Portugal, em 7.5.1681, pelo tratado Provisional. O governador Sebastião da Veiga Cabral transformou a Colônia num entreposto de contrabando. Os espanhóis retomaram a Colônia em 1705, devolvendo-a em 1715.

O povoamento dos Campos de Viamão surgiu ao longo da trilha que ligava Laguna à colônia de Sacramento. O gado da Vacaria do Mar, que pertencia aos índios das Missões, foi conduzido para as sesmarias dos Campos de Viamão, transformadas em fazenda de criação. Em 1736, toda região, desde o Mampituba até o lago Guaíba, estava povoada.

A fim de dar apoio logístico à Colônia do Sacramento, o governador do Rio de Janeiro, José da Silva Pais fundou a comandância de Rio Grande com as vilas de Rio Grande e de Santana, três fortes Jesus, Maria e José, Santana e São Miguel, avançando pelo litoral em direção ao sul. A primeira capela era dentro do forte de Jesus, Maria e José, tendo como orago a Sagrada Família.

Procurando organizar o espaço português nos Campos de Viamão, a Provisão Eclesiástica de 14.9.1741 criou a capela de Nossa Senhora da Conceição de Viamão. A religião católica e a fidelidade ao rei eram sinais da identidade portuguesa.

Em 1742 aconteceu a primeira revolta no Extremo Sul, os cabos e soldados do forte de Jesus, Maria e José, prenderam os oficiais, acusando-os de maus tratos, de falta de pagamento de soldo, de não pagamento de uniformes, do confisco de arreios e montarias dos soldados por oficiais, e por corrupção. Os oficiais estavam abatendo o gado na Real Fazenda de Bojuru, destruindo a carne e vendendo os couros a contrabandistas em Castilhos Grandes, fornecendo abóbora e farinha para alimentação dos soldados. Uma comissão de oficiais apurou as denúncias, transferiu os oficiais e atendeu as reivindicações dos cabos e soldados, sem conseguir identificar o chefe da revolta que deveria ser punido por indisciplina.

Com objetivo de expulsar os luso-brasileiros da Colônia do Santíssimo Sacramento e terminar com a sangria do contrabando, a coroa espanhola propôs o Tratado de Madrid, que foi assinado em 1750. A linha de fronteira seria

assinalada por marcos em acidentes geográficos. Os portugueses instruídos pelo padre jesuíta Alexandre de Gusmão e com mapa com acidentes geográficos alterados, conseguiram trocar a Colônia do Sacramento e as ilhas Molucas pelos Sete Povos, oeste de Santa Catarina, oeste de Paraná e região Amazônica.

Havia uma cláusula que determinava a transmigração dos índios dos Sete Povos para a outra margem do rio Uruguai. Na época não havia mais terras disponíveis entre os rios Uruguai e Paraná para a fundação de novos povoados com lavouras e fazendas de criação de gado. Os missioneiros se negaram a transmigrar.



Forte de Jesus, Maria e José, na confluência do Rio Jacuí com o Rio Pardo.

Gomes Freire de Andrade determinou a fundação do Forte Jesus, Maria e José na confluência dos rios Jacuí e Pardo, a fim de ter um ponto estratégico para atacar e expulsar os índios das Missões. Distribuiu as terras da estância e dos ervaais do Povo de São Luís, na margem esquerda do rio Jacuí, aos luso-brasileiros em forma de sesmarias. Montou também uma guarda no passo do Fandango, que deu origem à Cachoeira do Sul.



Dragões de Rio Pardo

Com intenções de povoar o território das Missões com súditos portugueses, depois da expulsão dos guaranis, Gomes Freire de Andrade determinou a vinda de açorianos que foram assentados provisoriamente em Rio Grande, Porto do Dorneles, Viamão, Taquari e Rio Pardo.

Nicolau Neenguiru, cacique de Concepción, povoado da Mesopotâmia entre o Paraná e Uruguai, conseguiu levantar os missionários contra a transmigração, mas não a uni-los, pois cada missão continuou lutando em separado, porque só aceitavam chefe de sua missão. Assim, os índios de São Miguel

lutaram sem apoio das outras missões, quando os exércitos ibéricos avançaram pela estância de São Miguel.

Apesar das guerrilhas comandadas pelo miguelista Sepé Tiaraju, os ibéricos bem armados e treinados avançaram em direção a Caiboaté, onde massacraram os missioneiros, que mesmo durante o combate, ainda discutiam em grupo, quem seria o chefe.

O exército espanhol entrou nas missões saqueando e estuprando mulheres e meninos, enquanto os luso-brasileiros, por ordem de Gomes Freire, foram proibidos de pilhar e de estuprar. A desobediência seria punida com fuzilamento. Diante dessa atitude, os missioneiros correram para se abrigar em Santo Ângelo, onde acamparam os luso-brasileiros.

Graças a esse estratagema, Gomes Freire conseguiu retirar 10 mil índios e mais o gado das Missões, quando retornou a Rio Pardo. Os missioneiros foram colocados em São Nicolau da Cachoeira, São Nicolau de Rio Pardo e Aldeia dos Anjos. Esta migração dos guaranis para o território português, retirou índios milicianos dos espanhóis e recursos de gado bovino e cavalar.

A guerra guaranítica serviu de tema para literatos, como Basílio da Gama, Simões Lopes Neto, Manuelito de Ornelas, Mansueto Bernardi e Walter Spalding, que criaram ou modificaram o mito de Sepé Tiaraju, conforme os interesses do momento que escreviam. Na época só havia dois sentimentos no extremo sul: ser súdito do rei de Portugal ou súdito do rei de Espanha. Sepé Tiaraju e os índios missioneiros se consideravam súditos de Fernando VI, rei de Espanha.

Quando foi rompido novamente o equilíbrio político entre Espanha e Portugal, em 1762, os conflitos se refletem na região platina e na população da Comandância de Rio Grande. A Inglaterra e a Prússia estavam em guerra com a Áustria, França e Rússia, na chamada Guerra dos Sete anos. A França fir-

mou o Pacto de Família, com as casas reinantes da dinastia Bourbon. Sem navios de guerra para manter suas colônias, Portugal ficou ao lado da Inglaterra, que na época dominava os mares e podia se apossar dos domínios portugueses de além-mar. Tentando reaver os territórios perdidos, Dom Pedro de Ceballos, novo governador de Buenos Aires, ataca a Colônia de Sacramento, em 29.10.1762, e toma a fortaleza de Santa Teresa, ainda em construção, e o forte de São Miguel.



Fortaleza de Santa Teresa

As autoridades de Rio Grande fogem para Viamão, abandonando à vila aos invasores. O governador José Marcelino de Figueiredo, a fim de enfrentar a invasão espanhola, determinou a fundação de novas povoações: Porto dos Casais (depois Porto Alegre), Bom Jesus do Triunfo, São José do Taquari, Mostardas, com as famílias açorianas que ainda estavam esperando a transmigração para as Missões, reorganizando o espaço luso-brasileiro.

Os espanhóis transformam em porto livre o de Rio Grande. D. Vertiz y Salcedo, em 1772, planejou expulsar os luso-brasileiros do vale do Jacuí e dos Campos de Viamão, mas fracassou em seu intento, quando não conseguiu to-

mar o forte de Jesus, Maria e José, em Rio Pardo, tendo que retornar acossado por Rafael Pinto Bandeira.

.Em 1776 a vila de Rio Grande foi retomada e o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, incorporou à capitania de Rio Grande o território entre os rios Jacuí e Camaquã, que já estava ocupado por luso-brasileiros com fazendas de criação de gado.

A política portuguesa intensificou o domínio militar, enviando mais tropas para o sul. Há um equilíbrio entre as políticas ibéricas com longo período de paz, até ser rompido pela invasão de Portugal pelo exército espanhol, em 1801. O governador Veiga Cabral, que já esperava a guerra, perdoou os desertores e conseguiu empréstimo com comerciantes para aparelhar o exército no sul. Um bando de desertores e contrabandistas chefiado por José Borges do Canto, invadiu as Missões contando com a conivência do governador espanhol Dom Rodrigo que estava ameaçado de uma devassa. Patrício Correa da Câmara, comandante de Rio Pardo, avança para o sul, com intenção de invadir Montevideú, mas a morte do governador Veiga Cabral, detém sua marcha. A paz entre Espanha e Portugal estabelecia que os territórios onde estivessem os exércitos seriam a nova fronteira.

Estancieiros rio-grandenses e ranchos de pobres saquearam as estâncias missioneiras e espanholas, destruindo inclusive a povoação de S. Gabriel do Batovi.

Numa guerra rápida, com poucas perdas, as regiões das Missões e da Campanha foram incorporadas à Capitania do Rio Grande do Sul. Os índios missioneiros abandonaram os Sete Povos, esparramando-se pelas estâncias do Rio Grande do Sul e do Uruguai, trabalhando como peões, tropeiros ou sendo incorporados ao exército.

Quando as tropas de Napoleão invadiram a Espanha, depondo o rei Fernando VII, o Cabildo de Buenos Aires declarou sua emancipação. Dom Francisco Javier Élio, vice-rei da Província do Rio da Prata, estabeleceu residência em Montevideu e pediu auxílio D. João, casado com Carlota Joaquina, contra as tropas de José Gervásio Artigas.



Carlota Joaquina

D. Diogo de Souza, governador do Rio Grande do Sul, reuniu três mil soldados no acampamento em Bagé, formando o Exército Pacificador, invadindo o Uruguai em 17.7.1811.. Lorde Stangford, temendo perda do porto de Montevideu, negociou a paz. Artigas não aceitou a paz e marchou com 16 mil pessoas para a outra margem do rio Uruguai. O território abandonado foi ocupado por estancieiros luso-brasileiros. Francisco Frederico Lecor, com um exército de dez mil homens, invadiu pelo arroio Chuí e conquistou Montevideu, em 1817. O cabildo de Montevideu, representando o povo cansado das lutas dos caudilhos, votou pela incorporação do Uruguai ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com o nome de Província Cisplatina. A região da Campanha uruguaia continuou em mãos dos caudilhos patriotas.



Artigas en la Ciudadela, de Juan Manuel Blanes (1884)

José Gervásio Artigas

A identidade brasileira

Até então os conflitos tinham como objetivo conquistar e povoar o território, dando aos povoadores uma identidade luso-brasileira que apoiasse a política de levar a fronteira até o rio da Prata, garantindo a navegação livre para o interior.



O processo de independência do Brasil realizou-se com divisão de facções políticas. Os monarquistas conservadores pretendiam permanecer como súditos do Reino Unido a Portugal, os monarquistas liberais desejavam a independência; os republicanos queriam mudar a forma de governo e uma nova nação. O ministro José Bonifácio trabalhou politicamente para que Portugal e Brasil formassem uma só nação, um só império. D. Pedro, como regente

do Reino do Brasil tornou-se o denominador comum das diferentes correntes políticas, proclamando a independência, evitando que a república.

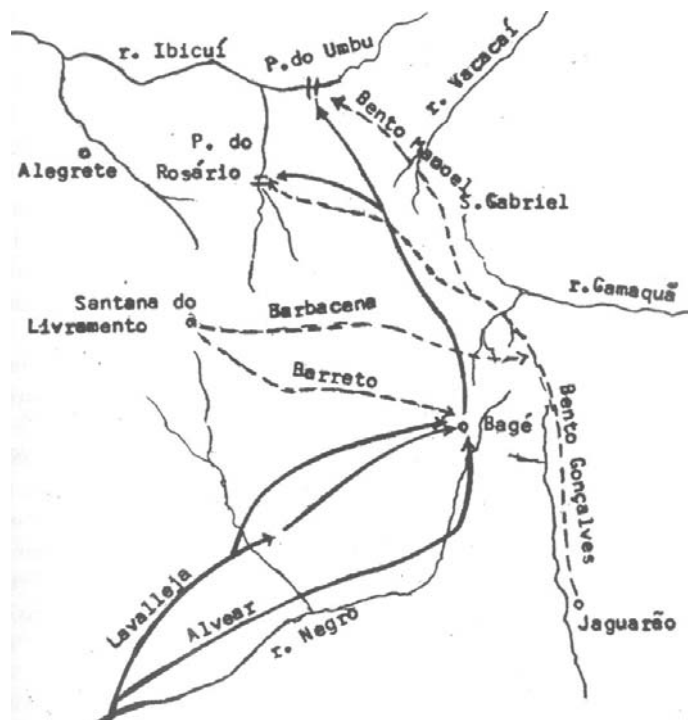


Dom Pedro - I

O fato de ser formado primeiro o Estado brasileiro, sem que a nação se identificasse e lutasse pela sua formação, fez com que os políticos abandonassem o povo brasileiro. Outra consequência é que os chamados partidos políticos no Brasil são apenas grupos de interesses, conforme se vê em cada semana que passa, os escândalos no Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Cabendo aos que pagam impostos, suprir o erário para o esbanjamento da farra da corrupção.

Inicia-se o longo processo de lutas com a região platina, onde surge o nacionalismo como novo componente que identifica os adversários. Os rio-grandenses em relação aos uruguaio e argentinos identificaram-se como brasileiros, pois durante o século XIX o termo gaúcho designava o excluído social, geralmente um bandido.

O Congresso Geral e Constituinte de Buenos Aires, em 25.10.1825, declarou a Banda Oriental do Uruguai reintegrada às Províncias Unidas do Prata, provocando a guerra com o império do Brasil.



Mapa dos deslocamentos das forças que se bateram na batalha do Passo do Rosário.

Dom Carlos Maria Alvear planejou atacar o Rio Grande do Sul para desviar as tropas brasileiras que ocupavam cidades uruguaias. D. Pedro I escolheu o marquês de Barbacena para comandar o exército do Sul, com seis mil homens, com 12 peças de artilharia e mais 1.500 cavalarianos comandados por Bento Manoel Ribeiro.

As forças de Alvear, com oito mil homens e 24 canhões avançou para Bage e depois seguiu em direção às Missões. O marquês de Barbacena sem conhecimento do terreno e de táticas de guerra, seguiu os invasores até o passo do Rosário, quando em 20 de fevereiro de 1827 aconteceu a única batalha no Rio Grande do Sul, com os contendores abandonando o campo de luta. Os

oficiais rio-grandenses creditaram a derrota à inexperiência do marquês de Barbacena.

Nova invasão ocorreu em 1828, quando o caudilho Frutuoso Rivera fugindo de D. Manoel Oribe atacou o território das Missões, recebendo a adesão das pequenas tropas de milicianos. Em São Borja o caudilho reuniu um congresso de habitantes, contando com o apoio de todos por causa da má administração e do abandono da região. A Convenção de Paz de 27 de outubro de 1828, assinada no Rio de Janeiro, determinou a retirada de Rivera das Missões, que ao se retirar levou mais de 60 carretas com produtos de pilhagem, além de índios missioneiros que o acompanharam.

Até então o Rio Grande do Sul era um acampamento armado para lutar pela política externa do Brasil de domínio do rio da Prata, e para repelir as invasões dos espanhóis que tentavam recuperar o antigo território, traçado pela Linha de Tordesilhas. Formou-se um povo aguerrido que estava distante do poder central, tinha 2/3 de seus impostos levados para S. Paulo e para o Rio de Janeiro, “para obras inúteis na Corte”, conforme artigo de jornal da época. O liberalismo negava a origem divina do monarca, tratando o governante como um empregado público; a constituição deveria estar de acordo com o costume do povo; as leis garantiriam a liberdade, que estava colocada na propriedade, portanto só considerava como cidadão quem era proprietário. A federação garantiria a autonomia provincial, com os impostos recolhidos permanecendo no local de origem. Os liberais moderados acreditavam em mudança da sociedade através de leis e os liberais exaltados ou farroupilhas, através de uma revolução.

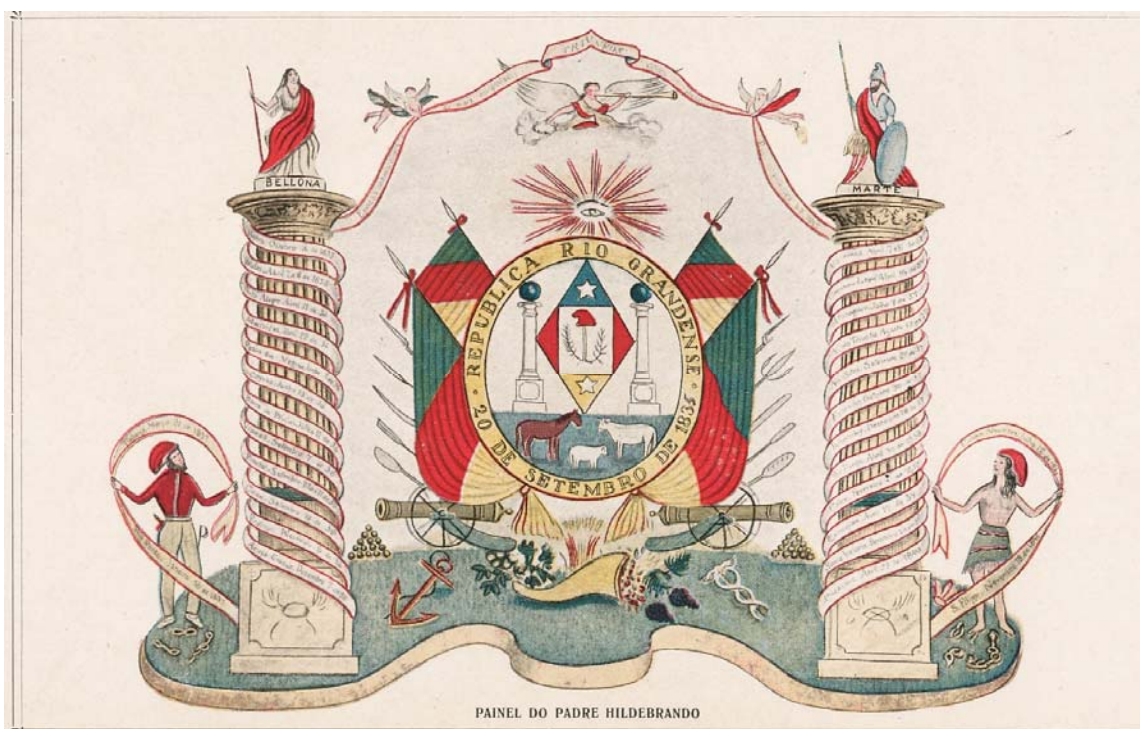


Proclamação da República Rio-Grandense, de Antônio Parreiras.

A guerra civil chegou a implantar a primeira república que funcionou durante quase nove anos, com seis ministérios, serviço de correio, serviço de polícia, exército organizado, tribunal eclesiástico, seis tratados com o exterior, leis e decretos próprios publicados no jornal *O Povo*, espécie de órgão oficial do governo republicano.

O Brasil não reconheceu a República Rio-Grandense, por isso a guerra civil terminou com anistia e com indenização aos chefes militares, comerciantes e estancieiros. Durante os 10 anos da guerra civil a imigração estrangeira esteve suspensa, estâncias e campos ficaram despovoados, as charqueadas destruídas, pontes arruinadas e mais de quatro mil famílias emigraram.

A guerra civil acentuou o espírito regionalista dos rio-grandenses e se transformou num símbolo de identidade na construção da memória. No fim do império, tanto o Partido Liberal, como o Republicano usaram a Guerra Civil dos Farrapos para dizerem que eram continuadores de seus ideais.



Brasão Farroupilha

O equilíbrio platino foi rompido por D. Manuel Rosas quando ele centralizou o governo da Argentina, retirando a autonomia dos caudilhos provinciais e pretendendo incorporar o Uruguai. Em 1851, Rosas declarou guerra ao Brasil. Caxias organizou o Exército brasileiro que contava com a participação de mercenários alemães, os Brummers. O general Urquiza, governador de Entre Rios, e forças brasileiras derrotam Rosas em 3 de fevereiro de 1852, na batalha de Monte Caseros. A fuga de Rosas restabeleceu o equilíbrio platino.

Durante o governo de Atanásio Aguirre, do partido Blanco, houve vários atentados contra brasileiros residentes no norte da República do Uruguai. O ditador do Paraguai, Francisco Solano López tentou ser o árbitro político, mas não foi aceito pelo Brasil, que apoiava as forças de Venâncio Flores, do partido Colorado. O presidente argentino Bartolomé Mitre também apoiava o partido colorado e não aceitava a intervenção de Solano López no rio da Prata.

O almirante Tamandaré sitiou Montevideu e depois com as forças de Flores atacou e conquistou Paisandu. López tinha um tratado de auxílio mútuo com os blancos, mas o Império não tomou nenhuma providência para evitar a invasão paraguaia no Mato Grosso e no Rio Grande do Sul. Apesar dos avisos constantes, o tenente-coronel Estigarribia transpôs o rio Uruguai sem maior oposição, saqueou São Borja, Itaqui e foi sitiado em Uruguaiana a partir de 4 de agosto de 1865. As forças aliadas acamparam em torno de Uruguaiana esperando o imperador, que viajou lentamente até Rio Grande, seguindo por Porto Alegre, Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava, São Gabriel, parando alguns dias para participar de bailes, receber homenagens e discursos, enquanto os soldados brasileiros passavam fome e frio. Somente em 15 de setembro o imperador chegou a Uruguaiana, no dia 18 os paraguaios se renderam.

O conde D'Eu observou que os rio-grandenses evitavam o general Canabarro, que possuía muitos inimigos do tempo dos farrapos e por ser considerado o responsável pela invasão paraguaia. A guerra do Paraguai teve as maiores batalhas das três Américas, oportunizou a alforria de escravos para que lutassem como soldados, e criou o imaginário militarista no exército brasileiro: só os oficiais eram capazes de gerir o imenso Império e depois a República.

A campanha republicana dos positivistas elaborou a memória da Revolução Farroupilha, como um sinal de rebeldia ao governo central e como testemunho da identidade rio-grandense.

O golpe militar de 15 de novembro de 1889 aprofundou a crise política no Rio Grande do Sul, a renúncia de Deodoro e a permanência de Floriano no poder abalaram o país. Em 1890 o Rio Grande do Sul possuía quase 900.000 habitantes, predominando a população rural. Como herança do Império, 74% da população não sabia ler nem escrever.

As mudanças tecnológicas na pecuária como cerca de arame, brete e introdução de gado de raça, provocaram o desemprego e consequentemente a marginalização do campeiro, que será utilizado como lutador na revolução de 1893 e 1923.

O Partido Federalista (antigo partido Liberal) pretendia a centralização e o parlamentarismo; o Partido Republicano propugnava pelo sistema presidencialista e pela autonomia provincial. As duas facções tornaram-se irreconciliáveis, gerando conflitos e perseguições políticas. A ditadura positivista de Júlio Prates de Castilhos não permitia a participação da oposição no governo e, pela Constituição de 1891, transformou o Poder Legislativo em mera comissão para aprovar as contas do governo. Em 25. de janeiro de 1893 Júlio de Castilhos assumiu o governo e no dia 5 de fevereiro, as forças de Gumercindo Saraiva, chamadas de maragatas, invadiram o Rio Grande do Sul.



Trincheira da Panela do Candal, em Bagé.

Os maragatos não dispunham de armamento, de logística e nem de uma chefia comum. Os coronéis lideravam suas tropas, muitas vezes sem conexão

entre si. As tropas em movimento não ameaçaram a capital e nem a pessoa do execrado Júlio de Castilhos, percorreram o Rio Grande do Sul, invadindo prefeituras, sem meios de manter a ocupação, aguardavam uma intervenção do governo federal, porque Castilhos apoiou a ditadura do Marechal Deodoro da Fonseca e o ditador Floriano Peixoto estava intervindo nos estados deodoristas.

A revolução terminou depois de 31 meses, em 23.8.1895, com a deposição das armas por parte dos rebeldes. Júlio de Castilhos não participou das negociações de paz, realizadas entre o General Silva Tavares e o General Inocêncio Galvão de Queiroz.

O governo estadual marcou uma mensagem na ornamentação do prédio da Intendência de Porto Alegre: na fachada estão os medalhões de Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos, vencedores da revolta da Armada e da revolta dos Maragatos; na platibanda vê-se a estátua que simboliza a República, com um cetro e uma ave de rapina na mão, olhando para baixo; o conjunto escultórico representa a Liberdade, a História, a Democracia e as Ciências; no outro lado a estátua da Justiça com uma balança pequena, uma enorme espada e está sem a venda, significando que é parcial, dentro da afirmação de Castilhos: “para os adversários o rigor da lei”. Outro conjunto escultórico representa a Agricultura, ladeada pelo Comércio e pela Indústria.

A identidade do gaúcho

João Cezimbra Jacques, procurando unir os sul-rio-grandenses divididos pela sangrenta revolução de 1893-95, funda o Grêmio Gaúcho que propaga o gauchismo como uma identidade regional. Os literatos contribuem com poesi-

as, contos e romances que elaboram o mito do gaúcho, entre eles Simões Lopes Neto, Alcides Maya, Jorge Salis Goulart, Vargas Neto e Darcy Azambuja.

Em 1898, no governo de Campos Sales, a política brasileira é marcada pela política dos governadores, numa federação formada por oligarquias regionais e pelos empréstimos externos para pagamento de antigos empréstimos. Essas oligarquias utilizam o gauchismo como nova identidade, em confronto com o governo central.

A maior oposição ao governo estadual veio do movimento operário, organizado pelos anarquistas através de passeatas, sabotagens, greves e artigos em jornais. O movimento envolvia ação de sindicatos de categorias de trabalhadores, provocando a violenta repressão da polícia, com prisão, deportação e morte. A Federação Operária do Rio Grande do Sul aproveitou a greve dos funcionários da Viação Férrea para desencadear uma greve geral que paralisou o Estado, obrigando o governador Antônio Augusto Borges de Medeiros a negociar com a comissão dos grevistas, aceitando a baixa o preço dos transportes, do pão, do arroz e do feijão, só não a diminuir a jornada de trabalho porque isto seria uma negociação com os patrões.

Conforme a doutrina positivista, a mulher deveria ocupar o espaço doméstico, pois ela seria a guardiã da moral da família, com a missão de ter filhos e educá-los para formar cidadãos. Os anarquistas lutaram pela emancipação da mulher, inclusive para que ela recebesse o mesmo salário dos homens, quando desempenhando a mesma função, e não apenas 50% do salário, como eram de praxe. Em 1919 foi preparada nova greve, mas a polícia prendeu antecipadamente os chefes grevistas, esvaziando o movimento.

Em 1921 o Rio Grande do Sul entrou em crise com o baixo preço do gado pago pelos frigoríficos Swift e Armour, com os altos preços do frete da Viação Férrea recém encampada, pela retirada de capital, por parte do Estado,

para encampação da companhia que construiu o porto e os molhes de Rio Grande. Em 1923, a oposição pegou em armas contra a eleição fraudulenta de Borges de Medeiros, esperando a intervenção federal. Novamente não havia um chefe geral das operações bélicas, tropas mal armadas e mal preparadas percorriam o interior do Estado, sem condições de ocupar por longo tempo as prefeituras invadidas. O governador Borges de Medeiros usou o telégrafo para o comando e o trem para o deslocamento rápido das tropas.

A paz de Pedras Altas, assinada em 7.11.1923, estabeleceu que Borges de Medeiros, assim que terminasse seu mandato, indicaria um candidato neutro para as próximas eleições.

Os operários estavam marginalizados na sociedade castilhistá-positivista, por suas condições de trabalho e de vida. Predominava o paternalismo nas relações entre empregado e patrão. O governo só intervinha no movimento operário, porque considerava a questão social como caso de polícia. Por este motivo as revoltas de 1893 e de 1923, não apresentaram reivindicações sociais ou trabalhistas. Como sempre, os políticos se afastaram das causas sociais do povo brasileiro.



O movimento operário contou com a imprensa anarquista.

Na década de 1920 a sociedade brasileira mudava rapidamente com a urbanização, que ampliou os setores secundário e terciário proporcionando novos empregos, inclusive para as mulheres. O rádio e o cinema trouxeram novos valores de culturas estrangeiras, o movimento anarquista questionou a religião e criticou o governo, os imigrantes foram incorporados à economia nacional gerando nova crise sócio-política, pois os políticos continuavam os mesmos sem conseguir apresentar soluções, cuidando apenas de se manterem no poder e dos interesses dos grupos.

É o momento em que na Europa se questiona a validade da democracia, considerada como ineficiente e morosa para buscar soluções à crise mundial gerada pela quebra da Bolsa de Valores de New York, que atingiu os Estados exportadores de café, como São Paulo e Minas Gerais.

No cenário nacional, Minas Gerais possuía o maior eleitorado do Brasil; São Paulo era a grande força econômica e política, sua força militar estava bem armada; o Rio de Janeiro tinha o poderio econômico por causa do porto e de seu parque industrial; o Rio Grande do Sul possuía poder político com o Partido Republicano militante e coeso, o poder militar com a Brigada Militar bem armada e preparada, e a economia forte e em desenvolvimento. Considerando estes fatores, Antônio Carlos, governador de Minas Gerais, apresentou Getúlio Vargas como candidato à presidência da República e João Pessoa como vice-presidente. Teoricamente os eleitores de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e do Nordeste poderiam eleger Vargas, mas todos sabiam que as eleições eram fraudadas e que dariam a vitória a Júlio Prestes, candidato de Washington Luís.

Como reflexão dessa síntese sobre a política externa brasileira que envolveu o Rio Grande do Sul na luta pelo equilíbrio político na região platina, concluímos que o povoamento e o avanço territorial empurraram a fronteira em direção ao oeste até o rio Uruguai e ao sul até o Quaraí e Jaguarão. A sociedade organizada sem escolas e sem seminário, baseada na pecuária, pois era fácil retirar o gado em caso de ataque do inimigo e também buscá-lo no outro lado da fronteira, formou-se inculta e cruenta. As guerras contínuas banalizaram a morte, gerando relações violetas que eclodiram nas lutas fratricidas, com o a Guerra Civil dos Farrapos e a Revolução dos Maragatos, em 1893-95.

Nas guerras e nos movimentos armados, os políticos sempre abandonaram o povo, não atendendo suas reivindicações e nem dando proteção nos momentos de crise e de invasão do território. As lutas constantes, desde o período colonial deram uma identidade ao sul-rio-grandense que se revela nas relações com os demais brasileiros, no hino estadual, no uso da bandeira e na

maneira de ser. Lutou-se para ser brasileiro nos conflitos externos e pela paixão política nos conflitos internos.

Moacyr Flores

Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1964) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1993). Atualmente é professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil.

Bibliografia

ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: as oposições e a Revolução de 23**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

CALÓGERAS, J. Pandiá. **A política exterior do Império**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1928.

CASTRO, Celso. (Organizador). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

DOBERSTEIN, Arnaldo W. **Porto Alegre, 1900-1920. Estatuária e Ideologia**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

DOURADO, Ângelo. **Os voluntários do martírio**. Porto Alegre: Martins, 1977.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ediplat, 2006, 8ª edição.

FLORES, Moacyr/FLORES, Hilda A. H. - **Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins, 2005. 3ª edição.

SOARES, José Carlos de Macedo. **Fronteiras do Brasil no regime colonial**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1939.

VIANA, Francisco José Oliveira. **O ocaso do império**. Brasília: Senado Federal, 2004.

VIANNA, Hélio. **História diplomática do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.